



ensa

Apresentação

IRENE CARDOSO



IRENE CARDOSO

é professora do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP e autora de, entre outros, *Para uma Crítica do Presente* (Editora 34).

A passagem dos 70 anos da Universidade de São Paulo constitui-se, mais do que num momento de celebração festiva, numa ocasião propícia para rearticular a memória histórica. Para além da mera repetição ritualística, importa uma re(a)apresentação ativa do passado que venha a ser ao mesmo tempo uma percepção crítica do presente. Mais do que lembrança factual, trata-se de uma rearticulação de sentidos e de uma re-visão da identidade institucional. Para que a memória se exerça na sua integridade crítica, é preciso que a atualização do passado não seja simplesmente reiterativa, mas que reconstrua uma visibilidade do passado que não o isente de suas contradições. Comemorar não significa conviver com conteúdos congelados da memória, mas produzir a diferença pelo contraste dos tempos históricos. A memória como forma de pensamento.

A Universidade de São Paulo é um patrimônio cultural. Afirmar isso significa considerar o modo como a memória histórica da sociedade a valoriza, constituindo-a como tal. O traço mais significativo desse patrimônio tem sido pontuado, desde a sua fundação e nos diferentes momentos da sua história, por escolhas culturais que indicaram um certo inconformismo com o seu tempo, o que permitiu a construção de um perfil de destaque e singularidade no interior da estrutura universitária brasileira, do ponto de vista da sua produção acadêmica. Essa produção, que não tem sido marcada pela completa absorção da Universidade na historicidade de seu tempo, pôde, por isso mesmo, configurar-se como criação cultural.

Lévi-Strauss, reconstruindo, mais tarde, a sua visão de São Paulo e da Universidade no momento da sua fundação, em *Tristes Trópicos*, aponta para o contraste entre o clima cultural da acanhada cidade, caracterizada por uma cultura oligárquica e repetitiva, e a instituição, pouco tempo depois. Em poucos anos teria sido superado um atraso intelectual de várias décadas, não pelas forças anônimas que agiram na história, mas pela vontade exercida diante das possibilidades históricas. O ultrapassamento dessa distância cultural, na formulação de

Lévi-Strauss, já apontava para uma dimensão importante da sociedade brasileira: a da pluralidade de tempos e dos ritmos desiguais e variados. Possivelmente derivem daí os vários descompassos que marcariam a Universidade. Além da superação da distância cultural, em grande parte devido às possibilidades abertas pela concepção universitária proposta e especialmente pela vinda das missões estrangeiras para a Universidade – que altera profundamente os parâmetros da cultura letrada e científica que vigorava até aquele momento –, houve ainda um outro deslocamento significativo com relação à proposta inicial: do objetivo da formação das elites dirigentes paulistas e nacionais para a realidade de uma demanda de classe média diferenciada, que aflui para a universidade recém-criada, definindo, em grande parte, o seu perfil. As profundas modificações da sociedade brasileira nos anos 30 e 40 – econômicas (urbanização e industrialização), sociais (formação de uma classe média, processos de imigração) e políticas (Estado Novo, redemocratização) – não se constituíram como “forças anônimas” de mudança na história, mas deixaram a Universidade diante de escolhas quanto à construção de seu perfil.

A Universidade de São Paulo afirmou a sua singularidade e constituiu seu patrimônio efetivo exatamente nos momentos em que pôde escapar de uma absoluta inserção no seu tempo histórico. Tais descompassos provocaram várias tensões. Primeiramente, aquelas advindas do choque entre a nova concepção universitária, propondo um tipo de organização que tinha como núcleo articulador uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, responsável por uma produção acadêmica nas áreas das humanidades e das ciências básicas, e o modelo anterior, que se caracterizava pelo isolamento das escolas profissionais e institutos de pesquisa já existentes, responsáveis por inegável contribuição científica e cultural, no período que antecede a fundação da Universidade. O deslocamento do ideal de formação das elites dirigentes, coincidindo com o momento em que as classes médias emergentes afluem à Universidade, constituiu outra

tensão fundamental. As tensões entre o horizonte do Estado Novo e a resistência rumo à redemocratização são acrescidas ainda daquelas relativas ao fascismo e ao socialismo. Completam esse quadro as tensões entre o universo cultural e científico instaurado pela vinda das missões estrangeiras e a classe média afluyente que se deparava com padrões acadêmicos superiores aos vigentes até então.

Esse conjunto de tensões e descompassos constitutivos da formação da Universidade de São Paulo permitiu a deflagração de um processo de criação cultural e científica orientado por um pensamento radicalmente crítico em todas as áreas de conhecimento – nem imitação, nem repetição – que posteriormente é disseminado como parâmetro para a sociedade brasileira.

A Universidade de São Paulo, surgindo



a partir da idéia de um núcleo articulador do conhecimento e da cultura que a diferenciava de qualquer outra instituição no país, já no início de sua constituição defronta-se com o fato de que essa articulação não podia significar homogeneidade, mas sim pluralidade articulada. Essa peculiaridade revelou-se como um processo difícil desde o início, porque implicava o enfrentamento de tensões em vários níveis: as relativas às questões universitárias *stricto sensu* – o modelo do núcleo articulador e as resistências que lhe foram opostas, problema retraduzido em outras configurações nos vários momentos da sua história posterior; as referentes às diversas modalidades de representação política da própria Universidade que também se opunham – desde a oposição entre o liberalismo conservador, não raro reacionário, e o liberalismo demo-

crático, passando pelas oposições entre liberalismo e fascismo, socialismo e fascismo, liberalismo e socialismo, até as do passado mais recente que se revelaram sob a forma da tensão entre autoritarismo e democracia e, em seguida, a partir da Nova República, da tensão entre as concepções de democracia na universidade.

A difícil articulação dessa pluralidade problemática, que constituiu a Universidade desde o início e vem-se configurando como seu traço distintivo, favoreceu o exercício da crítica permanente construída a partir das inúmeras reflexões produzidas a seu respeito, informadas pelos diversos posicionamentos e argumentações relativos tanto à diversidade quanto ao seu entendimento.

Além desse exercício da crítica, nesse processo alguns pontos se destacaram e se



Foto: Arquivo CCS/Jusp

incorporaram ao seu patrimônio cultural, definindo o seu perfil singular e distintivo na sociedade brasileira. São eles: o padrão de ensino e pesquisa, o tempo integral e a dedicação exclusiva e a autonomia universitária.

O padrão de ensino e pesquisa, já instituído no decreto de fundação da Universidade e efetivamente concretizado pelas missões estrangeiras e pelos docentes-pesquisadores por estas formados, constituiu uma concepção universitária alicerçada na produção de um conhecimento original, embasado num rigoroso trabalho acadêmico e em procedimentos científicos do mais alto nível. Esse padrão, que propunha, desde o início, uma conexão fundamental entre a pesquisa e o ensino, em que este não se configurasse como mera repetição, criou um espírito de investigação orientador da Universidade, mesmo nas áreas em que, de fato, a pesquisa propriamente empírica não teve uma imediata concretização. Esse padrão esteve associado ainda, desde o começo, mantendo uma continuidade posterior, a um intercâmbio cultural e científico: sob a forma ou da vinda de professores estrangeiros, ou da ida de professores da Universidade aos grandes centros de pesquisa e ensino do exterior. Esse padrão da Universidade foi o principal responsável pelo ultrapassamento da distância cultural referida por Lévi-Strauss.

Na base desse padrão de ensino e pesquisa estava a questão do tempo integral, praticamente inexistente no Brasil, com um ou outro caso excepcional de professores que trabalhavam nesse regime em São Paulo. O decreto de fundação da Universidade já previa o *full time* como dedicação exclusiva à pesquisa e à docência, a partir de uma compreensão absolutamente avançada para aquele momento. Certamente a possibilidade de preservação e de desenvolvimento do padrão acadêmico da Universidade, ao longo do tempo, esteve ligada à extensão progressiva desse regime de trabalho acadêmico.

A questão da autonomia universitária, prevista desde o início, nas dimensões científica – do pensamento –, didática e ad-

ministrativa, apontava já para a econômica e a financeira.

O padrão acadêmico que se incorporou ao patrimônio cultural resultou dessas determinações, mas igualmente das decisões tomadas, quanto a elas, ao longo da sua história.

As profundas e rápidas modificações que atingem a Universidade, hoje, repercutem intensamente no movimento contínuo de reconstrução da sua própria imagem pelas diferentes gerações, incidindo severamente sobre o reconhecimento de sua identidade no mundo contemporâneo.

Considerar, hoje, a Universidade de São Paulo como patrimônio cultural não significa a repetição do conjunto daquilo que existiu no passado, mas, sim, a afirmação de que o que sobrevive na memória histórica da sociedade é o traço distintivo da articulação de uma pluralidade problemática, no tempo, cuja resultante tem sido a possibilidade da criação cultural e científica.

A fundação da Universidade, tendo se caracterizado como uma daquelas “revoluções de conjuntura” na história, fez dela um monumento, não no sentido de uma identidade fechada sobre si mesma, mas, pelo contrário, aberta para a extensão de suas ressignificações criativas: um deciframento do que ela é à luz do que ela não é mais.

Enquanto a Universidade estiver atravessada por aquela pluralidade de tempos e de ritmos desiguais, como o traço que a distingue entre as instituições, poderá dar-se conta das possibilidades das escolhas que se apresentam na história. A homogeneidade do tempo é inimiga da criação cultural.

• • •

Os textos aqui apresentados, diferentes quanto ao estilo de exercício da crítica, convergem no propósito de subsidiar uma visão da Universidade que integre a análise do passado ao exame das opções que se abrem no presente.

O artigo de Afrânio Mendes Catani nos mostra a universidade brasileira, especialmente a USP, num momento de decisão, numa ocasião que pode ou não ser propícia

para a adoção de novos rumos do ensino superior no Brasil. Reunindo a objetividade de dados importantes à pertinência de uma análise do passado recente, Catani logra produzir uma reflexão de caráter amplamente propositivo, que se vem juntar a contribuições de outros intelectuais, no sentido de apontar caminhos que façam crescer nossa educação superior, aprimorando a qualidade e ampliando as oportunidades de formação universitária. Com efeito, as mudanças de governo sugerem a possibilidade de transformações sociais que, se não podem ocorrer na amplitude e profundidade desejáveis, deveriam pelo menos ensejar certas correções e ajustes que resgatem, ainda que parcialmente, propósitos quase inteiramente esquecidos na última década. Sendo a educação um recurso fundamental para promover a inclusão social, espera-se dos educadores conscientes de suas responsabilidades um compromisso efetivo com a democratização do ensino, com a preservação da dignidade acadêmica e com a função histórica e social da universidade na formação do indivíduo qualificado, bem como da consciência crítica e autônoma. Nesse sentido, a aliança intelectual, política e acadêmica de quantos se interessam pela defesa da universidade como espaço institucional público é posta como imperativo maior, elevando-se acima das inevitáveis diferenças que se configuram num contexto democrático. Segundo o autor, tal é o caminho que se abre através do Fórum de Políticas Públicas lançado na USP com a finalidade de congregar esforços visando à necessária revitalização da vida pública e sobretudo da instituição universitária. Resta-nos esperar que o “otimismo da vontade” possa superar a adversidade das condições objetivas.

O texto de Franklin Leopoldo e Silva é um ensaio histórico-crítico que procura focalizar um aparente paradoxo: a universidade brasileira nasceu e viveu sob o signo da contradição. A Universidade do Distrito Federal, a Universidade de Brasília e a

Universidade de São Paulo, surgidas mais ou menos na mesma época, defrontaram-se basicamente com o mesmo problema, analisado por Florestan Fernandes: a contradição entre a “idéia de universidade” e a imposição da concepção de ensino superior como um conglomerado de escolas profissionais alheias a qualquer ideal formativo e desempenhando sobretudo o papel político de legitimar a reprodução do poder no interior das classes dominantes. Mesmo o ímpeto renovador da intelectualidade liberal ilustrada paulista, responsável pela fundação da USP, defrontou-se com dois obstáculos que são verdadeiros índices de contradições vividas. O primeiro foi a oposição das escolas tradicionais a uma mudança de paradigma educacional que pudesse pôr em risco o perfil oligárquico do poder político-universitário; o segundo foi a contradição interna ao próprio projeto de fundação, que trazia no seu bojo, a título de oposição às elites dominantes, não um propósito de democratização mas sim o objetivo de substituição das elites. Os fracassos que marcaram todas essas tentativas indicam a difícil inserção da universidade brasileira no tempo histórico, que desde há muito já se anuncia como o da modernização conservadora, embora isso só apareça explicitamente após a redemocratização, que trouxe a opção decisiva pelo paradigma produtivista e mercantilista, sufocando assim o espírito crítico que bem ou mal sustentara a instituição na vivência de suas contradições. De modo que se vive hoje não a violência do conflito mas a do consenso autoritariamente estabelecido por via de uma despolitização intensiva. Uma situação que nos coloca diante da impossibilidade de pensar o fundamento universalista da universidade tanto no âmbito da política quanto na esfera intelectual: é o mercado que aparece, irreversivelmente, como o único critério de juízo, e a educação como o conjunto de *bens* que se pode adquirir num contexto de oferta concorrencial absolutamente alheio a qualquer valor que não possa ser traduzido em individualismo competitivo e consumismo.